

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS
Pelotas/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 05 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS
CNPJ/MF nº 90.497.256/0001-49

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	737.718	680.153	CIRCULANTE	400.510	357.806
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	15.835	13.065	DEPÓSITOS (NOTA 12)	186.708	158.103
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	31.325	30.017	Depósitos à Vista	131.358	112.810
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.325	30.017	Depósitos Interfinanceiros	6.612	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	219.763	71.367	Depósitos a Prazo	48.738	45.293
Carteira Própria	219.763	71.367	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	164.116	158.505
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	51.476	211.060	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	1
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	2	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	164.116	158.504
Correspondentes no país	349	205	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	3.640	2.459
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	51.127	210.853	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.640	2.459
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	388.203	331.645	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	7	-
Operações de Crédito	412.563	350.974	Empréstimos País - Outras Instituições	7	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(24.360)	(19.329)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	46.039	38.739
OUTROS CRÉDITOS	30.773	21.976	Cobrança e Arrecadação de Tributos	133	230
Créditos por Avalis e Fianças Honrados (NOTA 07)	6.104	203	Sociais e Estatutárias	7.942	7.928
Rendas a Receber	1.630	1.733	Fiscais e Previdenciárias	1.562	1.343
Diversos (NOTA 07 e 08)	29.423	20.425	Diversas (NOTA 15)	36.402	29.238
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(6.384)	(385)	OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	343	1.023
OUTROS VALORES E BENS	296	1.003	Outros Valores e Bens	296	1.003
Despesas Antecipadas	47	20	NÃO CIRCULANTE	255.862	202.674
NÃO CIRCULANTE	255.862	202.674	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	255.862	202.674
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	255.862	202.674	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	14.539	35.300
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	14.539	35.300	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.539	35.300
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	179.198	121.012	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	194.808	131.155
Operações de Crédito	194.808	131.155	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(15.610)	(10.143)
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(15.610)	(10.143)	OUTROS CRÉDITOS	182	36
OUTROS CRÉDITOS	182	36	Créditos por Avalis e Fianças Honrados (NOTA 07)	184	-
Créditos por Avalis e Fianças Honrados (NOTA 07)	184	-	Diversos (NOTA 07 e 08)	24	36
Diversos (NOTA 07 e 08)	24	36	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(26)	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(26)	-	INVESTIMENTOS (NOTA 10)	17.495	16.765
INVESTIMENTOS	17.495	16.765	Outros Investimentos	17.495	16.765
OUTROS INVESTIMENTOS	17.495	16.765	IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	39.313	23.849
IMOBILIZADO DE USO	39.313	23.849	Imóveis de Uso	7.843	7.843
Imóveis de Uso	7.843	7.843	Outras Imobilizações de Uso	41.375	24.813
Outras Imobilizações de Uso	41.375	24.813	(Depreciação acumulada)	(9.905)	(8.807)
(Depreciação acumulada)	(9.905)	(8.807)	INTANGÍVEL (NOTA 11)	5.135	5.712
INTANGÍVEL	5.135	5.712	Outros Ativos Intangíveis	11.629	10.898
Outros Ativos Intangíveis	11.629	10.898	(Amortização acumulada)	(6.494)	(5.186)
(Amortização acumulada)	(6.494)	(5.186)	TOTAL DO ATIVO	993.580	882.827
TOTAL DO ATIVO	993.580	882.827	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	993.580	882.827
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	993.580	882.827			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS
CNPJ/MF nº 90.497.256/0001-49

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	55.629	-	55.629	106.489	2	106.491	95.244	-	95.244
Operações de Crédito	51.431	-	51.431	97.996	2	97.998	88.873	-	88.873
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.196	-	4.196	8.489	-	8.489	6.361	-	6.361
Resultado das Aplicações Compulsórias	2	-	2	4	-	4	10	-	10
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(33.775)	(50)	(33.825)	(59.052)	(97)	(59.149)	(45.626)	(81)	(45.707)
Operações de Captação no Mercado	(10.228)	(49)	(10.277)	(21.022)	(96)	(21.118)	(20.704)	(81)	(20.785)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.896)	(1)	(4.897)	(10.158)	(1)	(10.159)	(10.149)	-	(10.149)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.651)	-	(18.651)	(27.872)	-	(27.872)	(14.773)	-	(14.773)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.854	(50)	21.804	47.437	(95)	47.342	49.618	(81)	49.537
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(12.257)	5.233	(7.024)	(24.525)	9.515	(15.010)	(22.547)	8.222	(14.325)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.503	9.748	14.251	8.897	18.788	27.685	7.671	15.871	23.542
Rendas de Tarifas Bancárias	5.080	-	5.080	9.866	-	9.866	9.107	-	9.107
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.705)	(1.590)	(13.295)	(22.199)	(3.522)	(25.721)	(22.856)	(2.931)	(25.787)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(10.205)	(1.844)	(12.049)	(19.888)	(3.541)	(23.429)	(20.047)	(3.393)	(23.440)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(56)	(483)	(539)	(99)	(929)	(1.028)	(83)	(784)	(867)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	10.160	237	10.397	19.650	407	20.057	23.174	787	23.961
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(10.034)	(835)	(10.869)	(20.752)	(1.688)	(22.440)	(19.513)	(1.328)	(20.841)
RESULTADO OPERACIONAL	9.597	5.183	14.780	22.912	9.420	32.332	27.071	8.141	35.212
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.269	25	1.294	1.233	37	1.270	(210)	76	(134)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.866	5.208	16.074	24.145	9.457	33.602	26.861	8.217	35.078
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(18)	(18)	-	(1.196)	(1.196)	-	156	156
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	(731)	(731)	-	116	116
Provisão para Contribuição Social	-	(18)	(18)	-	(465)	(465)	-	40	40
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.874)	-	(1.874)	(3.506)	-	(3.506)	(3.644)	-	(3.644)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	8.992	5.190	14.182	20.639	8.261	28.900	23.217	8.373	31.590
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	8.261	(8.261)	-	7.947	(7.947)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	8.992	5.190	14.182	28.900	-	28.900	31.164	426	31.590
DESTINAÇÕES	-	-	-	(21.867)	-	(21.867)	(23.875)	(426)	(24.301)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.035)	-	(5.035)	(5.184)	-	(5.184)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.004)	-	(1.004)	(1.041)	-	(1.041)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(426)	(426)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(12.055)	-	(12.055)	(12.496)	-	(12.496)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.773)	-	(3.773)	(5.154)	-	(5.154)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.033	-	7.033	7.289	-	7.289

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS

CNPJ/MF nº 90.497.256/0001-49

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	83.190	56.822	-	6.978	146.990
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	(3.932)	(3.932)
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(3.932)	(3.932)
Destinações para reservas	-	2.688	290	(2.978)	-
Outras destinações	-	-	-	(68)	(68)
Reversão de outras reservas	-	-	(290)	-	(290)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.794	-	-	-	1.794
Baixas de capital	(5.846)	-	-	-	(5.846)
Resultado do período	-	-	-	31.590	31.590
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.041)	(1.041)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	(426)	(426)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.496	-	(12.496)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.091	-	-	(5.184)	(93)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.154	-	(5.154)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	84.229	77.160	-	7.289	168.678
Mutações do Período	1.039	20.338	-	311	21.688
Saldos no início do período em 01/01/2019	84.229	77.160	-	7.289	168.678
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	(3.945)	(3.945)
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(3.945)	(3.945)
Destinações para reservas	-	2.978	-	(2.978)	-
Outras destinações	-	-	-	(127)	(127)
Fundo Social	-	-	-	(312)	(312)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.949	-	-	-	1.949
Baixas de capital	(5.233)	-	-	-	(5.233)
Reversões de reservas	-	-	-	73	73
Resultado do período	-	-	-	28.900	28.900
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.004)	(1.004)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.055	-	(12.055)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.943	-	-	(5.035)	(92)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.773	-	(3.773)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	85.888	95.966	-	7.033	188.887
Mutações do Período	1.659	18.806	-	(256)	20.209
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	83.033	80.138	-	14.718	177.889
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.057	-	-	-	1.057
Baixas de capital	(3.145)	-	-	-	(3.145)
Resultado do período	-	-	-	14.182	14.182
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.004)	(1.004)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.055	-	(12.055)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.943	-	-	(5.035)	(92)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.773	-	(3.773)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	85.888	95.966	-	7.033	188.887
Mutações do Período	2.855	15.828	-	(7.685)	10.998

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS
CNPJ/MF nº 90.497.256/0001-49

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	27.092	47.092	36.993
Resultado do semestre/exercício	14.182	28.900	31.590
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	12.910	18.192	5.403
Provisão para operações de crédito	6.855	10.498	3.414
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	5.915	6.025	(405)
Depreciação do imobilizado de uso	829	1.700	1.417
Amortização do intangível	684	1.308	1.134
Baixas do ativo permanente	23	56	107
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(339)	(464)	1.186
Destinações ao FATES	(1.004)	(1.004)	(1.467)
Dividendos SicrediPar	(53)	73	17
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(185.713)	(177.681)	(72.436)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	19.118	19.454	(61.385)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(146.183)	(148.396)	(321)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.289	2	(1)
Redução em créditos vinculados	45	-	-
(Aumento) em relações com correspondentes	(91)	(144)	(25)
(Aumento) em operações de crédito	(94.952)	(125.243)	(91.846)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	31.068	26.662	30.437
(Aumento) em outros créditos	(13.376)	(15.041)	(3.347)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	278	679	(207)
Aumento (Redução) em depósitos	(8.644)	43.537	53.086
Aumento em relações interdependências passivas	2.223	1.180	316
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	11.865	11.865	(5.807)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(352)	(793)	(704)
Aumento em outras obrigações	8.999	8.557	7.368
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(158.621)	(130.589)	(35.443)
Aquisição de Investimentos	(730)	(730)	(286)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(9.525)	(17.220)	(11.902)
Aplicações no Intangível	(228)	(730)	(2.468)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(10.483)	(18.680)	(14.656)
Integralização de capital	1.057	1.949	1.794
Baixa de capital	(3.145)	(5.233)	(5.846)
Juros ao capital próprio	(92)	(92)	(93)
Distribuição de Sobras	-	(4.384)	(4.000)
Reversão de outras reservas	-	73	(290)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.180)	(7.687)	(8.435)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(171.284)	(156.956)	(58.534)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	238.246	223.918	282.452
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	66.962	66.962	223.918

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 08/04/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	15.835	13.065
Caixa	15.835	13.065
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	51.127	210.853
Total	66.962	223.918

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.325	30.017
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	31.325	30.017
Total circulante	31.325	30.017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.539	35.300
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	-	22.640
DI entre Banco e Cooperativas	14.539	6.957
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	5.703
Total não circulante	14.539	35.300

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	108.639	71.367
Cotas de Fundos Multimercado	111.124	-
Total circulante	219.763	71.367

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	198.330	125.277	323.607	256.379
Financiamentos	30.831	42.336	73.167	37.406
Financiamentos rurais e agroindustriais	183.402	27.195	210.597	188.344
Carteira total	412.563	194.808	607.371	482.129

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	6.104	184	6.288	203
Devedores por compra de valores e bens	19	19	38	54
Títulos e créditos a receber (i)	24.317	5	24.322	15.583
Total	30.440	208	30.648	15.840

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	58	1	-	-
Nível A	0,50	226.547	180.118	1.133	901
Nível B	1,00	210.766	161.302	2.107	1.613
Nível C	3,00	115.303	86.125	3.459	2.583
Nível D	10,00	35.015	38.689	3.502	3.869
Nível E	30,00	12.626	9.257	3.788	2.777
Nível F	50,00	7.234	6.569	3.617	3.285
Nível G	70,00	5.653	3.598	3.957	2.519
Nível H	100,00	24.817	12.310	24.817	12.310
Total (i)		638.019	497.969	46.380	29.857

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	17.691	43.299	70.046	87.266	218.302	157.306
Rural	623	11.359	171.420	27.195	210.597	188.344
Industrial	72	1.562	3.356	977	5.967	4.473
Comércio	1.093	20.831	41.090	39.624	102.638	85.249
Outros Serviços	3.803	21.880	34.878	39.954	100.515	62.597
Total	23.282	98.931	320.790	195.016	638.019	497.969

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	79.885	12,52	68.267	13,71
50 devedores seguintes	99.319	15,57	87.921	17,66
100 devedores seguintes	76.905	12,05	66.889	13,43
Demais	381.910	59,86	274.892	55,20
Total	638.019	100	497.969	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	29.857	26.848
Constituição de provisão	27.872	14.773
Movimentação de baixados para prejuízo	(11.349)	(11.764)
Saldo final	46.380	29.857

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 6.037 (2018 - R\$ 7.322), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 61.193 (2018 - R\$ 45.130).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	42	119
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.587	736
Devedores por compra de valores e bens	19	19
Devedores por depósitos em garantia	1.718	2.337
Impostos e contribuições a compensar	38	367
Títulos e créditos a receber (ii)	24.317	15.582
Cotas de consórcio	140	-
Operações com cartões	376	388
Pendências a regularizar	64	571
Outros	122	306
Total Circulante	29.423	20.425
Devedores por compra de valores e bens	19	35
Títulos e créditos a receber (ii)	5	1
Total não circulante	24	36

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	296	1.003
Imóveis	238	622
Veículos e afins	17	163
Máquinas e equipamentos	41	218
Despesas antecipadas	47	20
Total Circulante	343	1.023

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	9.114	8.925
Sicredi Participações S.A.	8.377	7.836
Outras Participações e Investimentos	4	4
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	3	3
Total	17.495	16.765

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.892.024 ON	2.540.179 ON	1	1	9.114.343	8.924.553
	6.024.784 PN	5.296.284 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,85%	0,89%	0,62%	0,62%	2,34%	2,33%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	8.377	7.836	1	1	9.114	8.925

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	49.218	(9.905)	39.313	23.849
Imobilizações em curso	-	25.337	-	25.337	9.229
Terrenos	-	7.200	-	7.200	7.200
Edificações	4%	643	(421)	222	247
Instalações	10%	6.976	(4.131)	2.845	3.027
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.758	(1.544)	1.214	1.202
Sistema de comunicação	10%	201	(101)	100	109
Sistema de processamento de dados	20%	4.905	(3.208)	1.697	2.185
Sistema de segurança	10%	418	(175)	243	191
Sistema de transporte	20%	780	(325)	455	459
Intangível (i)		11.629	(6.494)	5.135	5.712
Investimentos Confederação		11.629	(6.494)	5.135	5.712
Total		60.847	(16.399)	44.448	29.561

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	131.358	-	-	131.358
Depósitos Interfinanceiros	-	6.612	-	6.612
Depósitos a prazo	16.028	32.710	352.013	400.751
Total	147.386	39.322	352.013	538.721

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	164.116	158.504
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	164.116	158.504
Total circulante	164.116	158.504
Recursos do Crédito Rural	40.312	19.261
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	40.312	19.261
Total não circulante	40.312	19.261

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/08/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	7	-
Outras instituições	7	-
Total circulante	7	-
Empréstimos no País - outras instituições	11.858	-
Outras instituições	11.858	-
Total não circulante	11.858	-

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	1.060	1.465
Obrigações por convênios oficiais	9	11
Provisão para pagamentos a efetuar	2.536	2.740
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	2.452	2.916
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.091	2.961
Pendências a regularizar	121	102
Operações com cartões	23.947	15.881
Demais fornecedores	862	845
Credores diversos	2.324	2.317
Total circulante	36.402	29.238

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	2.330	678	(751)	2.257
Cível	586	152	(543)	195
Total	2.916	830	(1.294)	2.452

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	2.257	2.330
Cível	Provável	195	586
Total		2.452	2.916

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1079; R\$ 751; R\$ 249 (2018 - R\$ 1.414, R\$ 847 e R\$ 249), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	85.888	84.229
Total de associados	72.613	68.327

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.659 (2018 - R\$ 1.039), sendo R\$ 4.943 (2018 - R\$ 5.091) via integralização de resultados e R\$ 1.949 (2018 - R\$ 1.794), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.233 (2018 - R\$ 5.846).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,1% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.035, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 0% para a Reserva de Expansão e 0% para Outros Destinações.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1324 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	30.096	31.434
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(12.039)	(13.202)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	37	22
Provisão resgate de milhas cartão	9	(39)
Brindes e Doações	(34)	(27)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(23)	97
Receita com atos cooperativos	8.256	9.751
Juros sobre capital próprio	2.014	2.177
Prejuízo fiscal	539	358
Lucros e dividendos	21	53
Outros	24	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	944
Subtotal	10.843	13.358
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.196)	156

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	45.864	65.317
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	219.763	71.367
Relações Interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	51.127	210.853
Outros Créditos - Rendas a receber	1.452	1.401
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	873	585
Investimentos (Nota 10)	17.492	16.762
Intangível (Nota 11)	5.135	5.712
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	6.612	6.242
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	204.428	177.765
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	11.865	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	23.284	15.837
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	5.470	6.361
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	11.803	9.967
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	12.180	16.407
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	1.324	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	371	-
Operações de Empréstimos e Repasses	10.159	10.149
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	2.604	2.375
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	9.457	9.178

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	156	0,12%	141
Depósitos a prazo	1.052	0,26%	1.420
Operações de crédito	625	0,10%	646

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.464	3.377

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	711	657
Despesa de aluguéis	2.534	2.440
Despesa de comunicação	1.010	1.102
Despesa de manutenção e conservação	1.495	1.494
Despesa de material	354	461
Despesa processamento dados	710	540
Despesa de promoções e relações públicas	1.404	1.436
Despesa de propaganda e publicidade	281	298
Despesa de seguro	119	136
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.125	3.115
Despesa de serviços de terceiros	951	865
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.336	1.369
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.535	1.537
Despesa de serviços de transportes	1.486	1.615
Despesa de viagem	186	96
Despesa de depreciação e amortização	1.700	1.417
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.308	1.134
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	794	704
Outras despesas administrativas	2.390	3.024
Total	23.429	23.440

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	923	1.146
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	11.756	15.864
Reversão de provisões operacionais	6.253	5.374
Outras rendas operacionais	1.125	1.577
Total	20.057	23.961

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.602	2.102
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	577	344
Contribuição Confederação Sicredi	7.941	7.321
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	730	784
Encargos da administração financeira	67	105
Repasso administradora de Cartões	301	386
Despesas de Cartões - Processamento, Emissão, Postagem	1.592	1.299
Fianças Bancárias	1.874	2.125
Outras provisões operacionais	3.873	4.456
Outras despesas operacionais	2.752	1.801
Total	22.440	20.841

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	134.208	109.065
Total	134.208	109.065

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	183.752	162.966
Nível I (NI)	183.752	162.966
Capital principal - CP	183.752	162.966
Capital social	85.888	84.229
Reservas de capital	95.966	77.160
Lucros acumulados	7.033	7.289
Ajustes Prudenciais	(5.136)	(5.712)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	810.278	700.335
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.215	1.222
Margem de Capital (i)	97.458	88.209
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,68%	23,27%
Situação de Imobilização (Imob)	39.317	23.853
Índice de Imobilização (Imob / PR)	21,40%	14,64%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Edson Carlos Marques
Diretor Executivo
CPF: 227.634.570-53

Jair Antonio Giacobbo
Diretor de Operações
CPF: 446.651.560-34

Rossana Kuhn Schwanz
Contadora
CRC: RS-066633/O-2
CPF: 624.526.570-34